

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA CAPITALISTA E A REPRODUÇÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO RURAL: CONTRADIÇÕES DENTRO DA LÓGICA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MOÇAMBIQUE

Carlos Muianga

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, os discursos políticos de apoio à expansão da agricultura capitalista de grande escala em Moçambique centraram-se, em grande parte, no seu potencial para aumentar a produção e produtividade agrícolas (Governo de Moçambique, 2011b, 2015). De modo particular, colocaram ênfase na sua potencial contribuição para o emprego rural e a geração de rendimentos, assim como no seu impacto na redução da pobreza (Governo de Moçambique, 2011a). O emprego e a geração de rendimentos têm sido, de facto, cruciais para a redução da pobreza rural, como a literatura recente sobre mercados de trabalho rurais moçambicanos tem demonstrado (Cramer, Oya, & Sender, 2008). No entanto, um foco limitado nestes aspectos tem levado os decisores políticos a ignorar o conjunto de contradições da reprodução social da força de trabalho, muitas vezes associadas à dinâmica de expansão da produção capitalista em contextos particulares. A economia política crítica tem enfatizado este aspecto como sendo a contradição estrutural entre a produção capitalista e a reprodução social (Marx, 1976 [1867]). Isto reflecte o facto histórico de que a produção capitalista pode expandir-se enquanto uma grande proporção da classe trabalhadora luta continuamente para garantir as condições básicas e necessárias para a sua subsistência/reprodução (Gimenez, 2019). Esta é uma questão central nos debates contemporâneos sobre reprodução social (Bhattacharya, 2017; Ferguson *et al.*, 2016; Gimenez, 2019; O’Laughlin, 2021), designadamente em relação a Moçambique, onde diferentes aspectos que afectam as condições de reprodução social do trabalho no contexto da expansão capitalista se tornaram questões centrais da investigação empírica (Ali & Stevano, 2022; O’Laughlin, 2021).

Este artigo explora as contradições da reprodução social da força de trabalho rural no contexto da expansão da produção agrícola capitalista em grande escala em Moçambique. O artigo usa evidência primária e secundária de dois casos - uma plantação de cana-de-açúcar e uma plantação florestal no Sul e Norte de Moçambique, respectivamente - e argumenta que estas contradições se têm manifestado de formas diversas e complexas. Elas reflectem até que ponto as formas de expansão e (re)organização de sectores de produção agrária capitalista e os mecanismos associados de exploração laboral têm afectado diferentes esferas de reprodução social da força de trabalho. Estas incluem as unidades de produção agrícola capitalista, onde a mão-de-obra está envolvida numa relação salarial com o capital; e as unidades de produção familiar/doméstica e comunitária, onde a mão-de-obra está envolvida na produção para consumo e rendimento, centrais para a reprodução da mão-de-obra barata. A primeira inclui as relações capital-trabalho, tais como as formas de recrutamento de mão-de-obra, contratos e salários, as condições de trabalho e os seus impactos na saúde física e mental dos trabalhadores. A última é constituída pelas várias relações sociais de produção e reprodução ao nível familiar e comunitário, fundamentais para a reprodução social da mão-de-obra, incluindo o acesso à terra, à água, às florestas e a outros recursos naturais. As esferas de reprodução do trabalho rural têm sido constantemente remodeladas pela dinâmica de expansão do capital agrícola e não agrícola de grande escala: à medida que a expansão do capital compromete espaços “alternativos” de reprodução social da força de trabalho, estas contradições reproduzem-se em grande escala.

A secção seguinte apresenta, de maneira sucinta, o enquadramento teórico da relação contraditória entre a produção e a reprodução social sob o capitalismo, ao considerar a análise abstracta da economia política marxista clássica da relação entre produção e reprodução, centrando-se na reprodução da força de trabalho na “teoria de reprodução social” e na contradição entre a produção capitalista e a reprodução social. A terceira secção revisita o debate sobre a questão agrária e o trabalho rural em Moçambique, o que ajuda a entender a lógica de acumulação, as suas contradições históricas e a sua continuidade na economia política contemporânea. A quarta secção descreve, de forma resumida, os padrões contemporâneos de acumulação em Moçambique, centrando-se nas duas últimas décadas. A quinta secção explora as contradições entre a expansão da produção agrária capitalista e as condições de reprodução social da força de trabalho rural em Moçambique identificadas a partir dos dois casos acima mencionados. Por último, a sexta secção apresenta as conclusões.

ENQUADRANDO A CONTRADIÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO CAPITALISTA E A REPRODUÇÃO SOCIAL

Na análise de Marx, a relação entre a produção capitalista e a reprodução social é contraditória (Marx, 1976 [1867]). A concepção materialista histórica de Marx do desenvolvimento da

sociedade humana coloca a produção no centro do processo, porque a produção é a condição para a existência da sociedade humana e o ponto de partida para a análise de qualquer sociedade, particularmente do seu modo de produção. A produção preocupa-se com a forma como a sociedade produz as condições materiais da sua existência (reprodução), bem como com os processos e as relações sociais através dos quais está organizada - as «relações sociais de produção» (Bernstein, 2010, p. 13). Pressupõe a criação de valores de uso, de coisas úteis (por exemplo, bens e serviços) necessárias à existência contínua da sociedade, independentemente do tipo e modo de produção (Fine & Saad-Filho, 2016). Este processo ocorre dentro de um conjunto de processos e relações sociais complexas que são historicamente determinadas e se encontram em constante transformação. Relacionado com a produção está o processo de reprodução, o qual pressupõe que o que é produzido tem de ser reproduzido para que o processo possa continuar. Como Marx argumenta sobre a “reprodução simples”:

Qualquer que seja a forma social dos processos de produção, tem de ser contínua, tem de repetir periodicamente as mesmas fases. Uma sociedade não pode deixar de produzir do que pode deixar de consumir. Por conseguinte, quando visto como um todo interligado, e no constante fluxo da sua incessante renovação, cada processo social de produção é, ao mesmo tempo, um processo de reprodução. (Marx, 1976 [1867], p. 711)

A reprodução é, portanto, a condição para a produção e vice-versa. É neste nível abstracto de análise que assentam os fundamentos básicos para a análise da relação entre a produção e a reprodução social. Para que se possa compreender as contradições entre a produção capitalista e a reprodução social, passamos agora para uma breve descrição do que a reprodução social se torna no capitalismo.

A REPRODUÇÃO SOCIAL SOB O CAPITALISMO

As teorias da reprodução social têm sido objecto de intensos debates, uma vez que os campos da reprodução social no capitalismo são profundamente transformados com o desenvolvimento das forças produtivas e a emergência de novos locais de acumulação de capital ao nível da economia global (Bhattacharya, 2017; Cousins *et al.*, 2018; Ferguson *et al.*, 2016; Gimenez, 2019; Vogel, 2000). Amplamente associado a uma “ênfase renovada na compreensão da reprodução social” promovida por académicos marxistas e feministas desde os anos 1960–1970 (Cousins *et al.*, 2018:1062; ver também O’Laughlin, 2021; Vogel, 2000), o principal objectivo da teoria de reprodução social é a reprodução da força de trabalho e a compreensão do seu campo complexo (Bhattacharya, 2017; Gimenez, 2019). Uma área particular nesta ênfase renovada é o papel do trabalho doméstico, em particular o trabalho não remunerado das mulheres, na reprodução da força de trabalho (Vogel, 2000). Tal como Gimenez (2019, p.

332) refere, «a análise do trabalho doméstico e outros processos e instituições sociais do ponto de vista da reprodução social chama a atenção para a sua relevância para a reprodução da força de trabalho, e para o funcionamento contínuo do capitalismo». A teoria de reprodução social interroga-se sobre as complexas matrizes de actividades, processos e mecanismos sociais que afectam as condições de reprodução da força de trabalho, numa «base diária e intergeracional» (Ferguson *et al.*, 2016, p. 27). Assente na análise de Marx e nos métodos do processo capitalista de produção de mercadorias, a sua premissa fundamental é que o trabalho humano está no centro da criação e reprodução da sociedade, assim como das suas relações (Bhattacharya, 2017). Por conseguinte, a teoria de reprodução social é contra a noção de que o trabalho produtivo realizado no domínio das relações de mercado é a única forma legítima de trabalho. Esta noção ignora os complexos conjuntos de processos de trabalho, remunerados e não remunerados, que ocorrem nos domínios doméstico e comunitário que sustentam e reproduzem o trabalhador, mais especificamente a sua força de trabalho, enquanto a teoria de reprodução social percebe a relação entre o trabalho envolvido na produção de mercadorias e o trabalho envolvido para reprodução das pessoas como parte da totalidade sistémica do capitalismo.

CONTRADIÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO CAPITALISTA E A REPRODUÇÃO SOCIAL

No seu trabalho sobre a relação contraditória entre produção e reprodução social no capitalismo, Gimenez (2019) propôs uma teoria de reprodução social capitalista, que vai além da teoria de reprodução social apresentada anteriormente. A teoria de reprodução social capitalista baseia-se na concepção materialista histórica da reprodução. Uma vez que o capitalismo é o modo de produção dominante, Gimenez argumenta que a reprodução social contemporânea «é a reprodução social capitalista, inerentemente contraditória, pois as lutas bem sucedidas pela reprodução das classes trabalhadoras, por exemplo, não desafiam necessariamente o capitalismo» (Gimenez, 2019, p. 321). A teoria de reprodução social capitalista é inferida a partir dos elementos da análise de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo (Marx, 1976 [1867]). Contrasta com a teoria de reprodução social “geral”, no sentido em que embora se baseie também em Marx, o principal objecto da sua análise é a reprodução da força de trabalho, especialmente no seu domínio doméstico, com ênfase no papel das mulheres e das relações de género em geral.

A teoria de reprodução social capitalista difere da teoria de reprodução social em pelo menos quatro domínios importantes. A teoria de reprodução social capitalista destaca o papel determinante da acumulação de capital e o estado da luta de classes e vê a reprodução da força de trabalho como inseparável da reprodução das classes sociais. Esta teoria reconhece o papel do trabalho doméstico feminino na reprodução diária e geracional, mas também a participação dos homens na reprodução, bem como os efeitos negativos da reprodução capitalista sobre

os trabalhadores do sexo masculino, particularmente os pobres das zonas urbanas, os trabalhadores rurais e os que se encontram nos estratos mais baixos da classe trabalhadora. Por último, analisa as contradições do capitalismo que alteram constantemente o domínio onde os trabalhadores se envolvem em lutas pela sobrevivência económica, dentro e fora do local de trabalho, e a inerente contradição entre o capitalismo e as suas condições gerais de reprodução. Aqui reside a contradição entre a produção capitalista e a reprodução social, que é historicamente contingente e reflecte a indiferença do capital para com a reprodução social e física da força de trabalho. À medida que a acumulação de capital se expande enquanto uma grande proporção da população activa luta para ter acesso aos meios de reprodução, surgem novas tensões que podem comprometer a reprodução do capital dentro da mesma lógica de exploração do trabalho. Esta contradição pode assim ser expressa como a contradição entre capital e trabalho com a finalidade de garantir a sua reprodução e pode intensificar-se, especialmente quando o desenvolvimento das forças produtivas em diferentes sectores da produção capitalista leva à rejeição das competências existentes de um certo número de trabalhadores (Gimenez, 2019). Esta noção é relevante para a análise das contradições entre acumulação e reprodução social do trabalho rural à medida que a dinâmica extractiva de acumulação em Moçambique se expande e intensifica.

REVISITANDO A QUESTÃO AGRÁRIA: PRODUÇÃO AGRÁRIA, TRABALHO RURAL E REPRODUÇÃO SOCIAL EM MOÇAMBIQUE

Esta secção revisita o debate sobre a questão agrária em Moçambique, destacando as suas percepções sobre a lógica de acumulação (agrária) e as suas contradições. No centro deste debate encontra-se a crítica da lógica de acumulação nos períodos colonial e pós-colonial (socialista). As dinâmicas de diferentes sectores de produção, especialmente a produção agrária e o trabalho rural, a sua relevância para a reprodução social e as contradições dentro da lógica de acumulação tem sido criticamente examinadas (Castel-Branco, 1994; O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1978, 1985, 1981). Neste âmbito, a análise da função do trabalho rural na reprodução social tem sido fulcral. Esta função, historicamente condicionada ao desenvolvimento da produção capitalista, reflecte as várias formas, directas e indirectas, através das quais o capital tem procurado explorar diferentes sectores do trabalho rural a fim de assegurar a sua rentabilidade.

A QUESTÃO AGRÁRIA E A LÓGICA COLONIAL DE ACUMULAÇÃO

No contexto colonial, a função do trabalho rural de garantir a reprodução social é explicada através das funções do campesinato dentro da lógica de acumulação de capital colonial (Castel-Branco, 1994; O’Laughlin, 1981). Castel-Branco (1994) argumentou que o campesinato

cumpria diferentes funções que sustentavam a acumulação de capital. Produzia matérias-primas baratas para exportação e para a indústria nacional, permitindo a acumulação de capitais coloniais industriais e comerciais e a rentabilidade das indústrias e empresas envolvidas na comercialização. Também produzia alimentos baratos para alimentar os trabalhadores assalariados em actividades de mão-de-obra intensiva (plantações, pequenas e médias empresas agrícolas, construções, portos e caminhos-de-ferro e indústria). Os camponeses forneciam mão-de-obra barata a empresas capitalistas e, de forma crucial, reduziam os custos de reprodução da mão-de-obra através da produção doméstica para consumo próprio e da produção de alimentos baratos.

A dependência do sector capitalista colonial da exploração do campesinato era a sua característica central e tinha sido materialmente inserida na estrutura da produção capitalista em termos mais gerais (O’Laughlin, 1981). Esta integração material do campesinato foi regionalmente diferenciada, reflectindo o que Bernstein, citando Samir Amin, referiu como as três «macrorregiões» que o colonialismo produziu na África subsaariana desde o século XIX: «a economia comercial», «reservas de mão-de-obra» e «empresas concessionárias» (Bernstein, 2010, pp. 50–51). No contexto de Moçambique, esta macro divisão tem-se reflectido na diferenciação regional e na organização da produção agrária e dos mercados, conforme moldados pelo Estado colonial. A partir do início dos anos 70, a estrutura da economia rural colonial foi principalmente descrita pelos seguintes aspectos dominantes e padrões regionais de diferenciação (ver Tabela 1). O Norte de Moçambique era dominado pela produção de culturas de rendimento pelos camponeses, com cerca de 26 % da produção comercializada e 60 % para consumo próprio, enquanto o Centro era dominado pelas plantações, representando cerca de 28 % da produção agrícola nacional total. O Sul estava organizado como uma reserva de mão-de-obra migrante para a indústria mineira sul-africana - 20–30 % dos adultos do sexo masculino tinham um emprego no sector mineiro, com duração entre 12 e 18 meses - e para as explorações agrícolas de colonos que produziam alimentos para as zonas urbanas (Wuyts, 1985, 2001). Alguns elementos desta diferenciação e divisão regionais persistiram após a independência, sendo ainda evidentes na economia política contemporânea, embora a uma intensidade diferente.

No centro desta diferenciação regional da estrutura agrária colonial estava o maior papel desempenhado pelo campesinato na produção de bens agrícolas. Isto revela um aspecto importante associado ao facto de, estrategicamente, na maior parte de África, o colonialismo não ter expropriado totalmente o campesinato, mas forçando-o a «entrar na economia do mercado monetário como produtores de bens agrícolas e/ou de mão-de-obra», mantendo-os ligados à terra (Bernstein, 2010, p. 51). O acesso à terra para a produção de subsistência e para o rendimento monetário foi sempre fundamental para a reprodução social da mão-de-obra. A dependência da maioria das famílias camponesas de uma variedade de formas de trabalho assalariado para a sua subsistência, incluindo o trabalho migratório,

sazonal e ocasional, combinado com a produção doméstica para consumo e venda, tem sido também um aspecto distintivo e dominante da economia colonial. O trabalho assalariado, na sua maioria, eventual e migratório, foi historicamente central para o fornecimento de mão-de-obra barata às empresas capitalistas (Wuyts, 2001). No entanto, o facto de se ter descurado os camponeses profundamente proletários que dependiam em grande parte de várias formas de trabalho assalariado para a reprodução social foi um grande “fracasso” do Moçambique pós-independente em relação à questão agrária.

TABELA 1. A ESTRUTURA DE UMA ECONOMIA RURAL COLONIAL, 1970

CAMPESINATO						
Região	Plantações (%)	Propriedades dos colonos (%)	Produtos Comercializados (%)	Venda de mão-de-obra	Consumo Próprio (%)	Aspectos dominantes da economia regional rural
Norte	2	12	26	Mão-de-obra sazonal para plantações e propriedades de colonos	60	Produção de culturas de rendimento pelo campesinato
Centro	28	11	9	Mão-de-obra sazonal para plantações e propriedades de colonos	52	Economia das plantações no vale do Zambeze, contando com mão-de-obra sazonal
Sul	2	39	10	20-30% de adultos do sexo masculino trabalharam nas minas da África do Sul por períodos contratuais de 1-1,5 anos; trabalho sazonal em propriedades e plantações	49	Reserva de mão-de-obra para os mineiros sul-africanos e celeiros instalados nas propriedades dos colonos para alimentar as cidades
Total	15%	15%	15%		55%	

Fonte: Wuyts (1978, p. 10; 1985, p. 183).

A QUESTÃO AGRÁRIA E A LÓGICA DE ACUMULAÇÃO NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Constatámos que a lógica colonial de acumulação se baseava essencialmente na exploração do campesinato, sobretudo da sua mão-de-obra, reproduzida através de várias formas de trabalho remunerado e não remunerado, incluindo a produção familiar de alimentos para consumo e venda. A economia política do pós-independência não conseguiu compreender a natureza da questão agrária e transformar, de forma progressiva, a estrutura agrária herdada do colonialismo (O’Laughlin, 1981, 1996; Wuyts, 2001). Uma concepção dualista da economia explica tal fracasso. Esta olha para a economia como sendo constituída por dois sectores independentes, um moderno, comercial e ligado ao mercado de produtos e monetário, e o outro tradicional, com ligações ao primeiro, mas independente dele. Isto significa que o campesinato era visto como largamente independente dos circuitos monetários e que a sua subsistência só podia depender da sua produção para consumo (Wuyts, 2001). Esta concepção errónea

do campesinato ignorou a sua centralidade na produção de mercadorias e na reprodução social (O’Laughlin, 1981, 1996; Wuyts, 2001). O papel-chave do campesinato era evidente nas quatro fases que reflectiam a «mudança na estratégia de transição agrária da Frelimo» após a independência (O’Laughlin, 1996, p. 3), pois todas as fases pareciam ter ignorado a proletarianização «profundamente enraizada» do campesinato (O’Laughlin, 2002). Esta situação manteve-se, de alguma forma, na economia política contemporânea, tal como a literatura recente sobre mercados de trabalho rurais em Moçambique demonstrou (Cramer, Oya, & Sender, 2008; Sender, Oya, & Cramer, 2006). Em contraste com uma economia política neoclássica dominante, esta literatura apresentou evidências de uma série de oportunidades variadas no mercado de trabalho, com diferentes disposições contratuais e condições de trabalho, desempenhando um papel significativo na reprodução social da população rural. Na primeira fase da economia planificada (1975–1980), a FRELIMO traçou uma estratégia de rápida socialização da produção e da habitação, concentrando-se na expansão de explorações agrícolas estatais, cooperativas e aldeias comunais. No sector agrícola, a produção camponesa, que desempenhou um papel fundamental na reprodução social, foi marginalizada a favor da expansão das grandes explorações agrícolas estatais. As explorações agrícolas (machambas) estatais foram modeladas com base na organização social da produção das plantações coloniais: grandes monoculturas, baseadas no recrutamento de mão-de-obra sazonal e ocasional durante curtos períodos, principalmente para a colheita, e pagas a salários relativamente baixos. As explorações agrícolas estatais replicavam, assim, as contradições entre a produção/acumulação e a reprodução social herdada do colonialismo, e muitas vezes não conseguiam recrutar a quantidade de mão-de-obra necessária para o período de colheita. Com efeito, as explorações agrícolas estatais tiveram um desempenho abaixo do previsto, conforme ilustrado nas áreas de terras exploradas (West & Myers, 1996) e na produtividade das explorações agrícolas na produção do arroz e do algodão (Munslow, 1984; Pitcher, 1996). As cooperativas, que constituíam o segundo eixo da estratégia de socialização, juntamente com as machambas estatais e a agricultura familiar, foram marginalizadas em grande parte porque as machambas estatais absorviam todos os investimentos, recursos técnicos e de gestão disponíveis. Uma visão dualista da questão agrária prevaleceu, implicando que os camponeses podiam retirar-se do mercado, da economia monetária e do trabalho assalariado para a sua agricultura tradicional de subsistência. A estratégia agrária pós-independência sublinhou a necessidade de um rápido desenvolvimento das forças produtivas nas grandes machambas estatais, em detrimento da transformação das relações de produção. No entanto, tendo abolido o sistema de trabalho forçado - uma das principais exigências da luta de libertação - mas sem alterar de forma significativa a organização social da produção e reprodução que nela se sustentava, a estratégia falhou (O’Laughlin, 1981, 1996, 2002; Wuyts, 1981, 2001).

Na segunda fase da planificação socialista (1980–1983), a FRELIMO mudou para um modelo de acumulação socialista rápida, que se baseava quase exclusivamente em machambas estatais (West & Myers, 1996). Em termos de planeamento, significava «a organização da expansão do sector estatal», e uma contínua marginalização da «transformação mais ampla da produção dos camponeses» (Wuyts, 1985, p. 180). Este facto foi evidente, pois durante esta fase, Wuyts observou que cerca de «90 % do investimento agrícola total foi atribuído ao sector estatal, 2 % às cooperativas e quase nenhum ao sector da agricultura familiar de pequena escala» (Wuyts, 2001, p. 4). A terceira fase começou com o Quarto Congresso da FRELIMO, que teve lugar em 1983, e se caracterizou por uma mudança pragmática na política agrícola e por uma reestruturação geral do sector agrícola estatal. Definida como “socialismo de mercado”, esta estratégia agrária avançou rapidamente para o apoio aos agricultores comerciais privados, incluindo a distribuição de terras estatais a empresas multinacionais, agricultores comerciais indígenas e algumas famílias camponesas (O’Laughlin, 1996, p. 3). A guerra tinha, então, deslocado maciçamente as populações rurais e a produção, perturbando o acesso à terra e à mão-de-obra assalariada, com grandes implicações para a reprodução social. A quarta fase começou com o programa de ajustamento estrutural. A estratégia agrária socialista foi abandonada e as terras agrícolas estatais privatizadas, enquanto os mercados agrícolas foram liberalizados e o capital estrangeiro permitiu o acesso a concessões de terras em grande escala. Esta mudança teve implicações nas estratégias agrárias subsequentes e foi fulcral para o que é hoje o sector agrícola. Existe uma continuidade histórica com o período colonial e socialista quando se trata de concessões de terra em larga escala ao capital estrangeiro, tanto no sector agrícola como no não-agrícola. Estas estão fundamentalmente a moldar as contínuas contradições de acumulação e reprodução social do Moçambique contemporâneo.

A ECONOMIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA E OS PADRÕES DOMINANTES DE ACUMULAÇÃO

Vejamos agora as dinâmicas dominantes de acumulação de capital que têm caracterizado Moçambique ao longo das últimas duas décadas. A economia de Moçambique cresceu rapidamente a uma média anual de 7 %, durante a primeira década e meia do período compreendido entre 2000 e 2019. O crescimento desacelerou nos últimos cinco anos, tendo registado uma média de cerca de 3 %. Esta desaceleração reflectiu a vulnerabilidade do padrão de crescimento, caracterizado pela sua dependência de fluxos de capitais externos na forma de investimento directo estrangeiro (IDE) e empréstimos comerciais no sistema financeiro internacional. Associada a estes fluxos está a concentração da produção num leque limitado de megaprojectos centrados na produção de bens primários para exportação, tais como minerais, gás, energia e produtos agrícolas, formando o chamado «núcleo extractivo da economia» (Castel-Branco, 2010, 2014, 2015, 2017).

A Tabela 2 mostra que, no período entre 2000 e 2019, Moçambique atraiu cerca de 39 mil milhões de dólares de investimento privado externo sob a forma de IDE e empréstimos comerciais. De cerca de 1,3 mil milhões de dólares na primeira década do período, o IDE aumentou para mais de 21 mil milhões de dólares. Nos últimos cinco anos, diminuiu para cerca de 14 mil milhões de dólares, como consequência da crise dos mercados de produtos primários, que foi exacerbada pela descoberta das chamadas dívidas ocultas, em 2016, no valor de cerca de 2 mil milhões de dólares, contraídos secreta e ilegalmente entre 2013 e 2014. Mais de 90 % do total de fluxos do IDE durante este período foram registados na última década (2010–2019), reflectindo o crescimento considerável do sector extractivo mineral (gás, carvão, areias pesadas e outros minerais). No mesmo período, particularmente em 2002 e 2016, 77 % do IDE foi distribuído entre o núcleo extractivo da economia (67 %) e as infra-estruturas e serviços relacionados (10 %) (Langa, 2017).

TABELA 2. FLUXOS DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO (IDE), 2000–2019 (US\$, MIL MILHÕES).

	2000-04*	2005-09	2010-14	2015-19	2000-19
IDE	1.34	2.1	21.3	14,104	38,888
Média anual	0.26	422	4.2	2.8	1.9
Quota (%)	3.4	5.4	54.9	36.3	100

Fonte: *Castel-Branco (2017); Banco de Moçambique (2021).

Uma segunda característica do padrão dominante de crescimento é a concentração da produção e do comércio num leque reduzido de produtos primários relacionados com o complexo mineral-energético e mercadorias agrícolas para exportação (Castel-Branco, 2010). Entre 2000 e 2016, cerca de 64 % das exportações de bens concentraram-se, em média, no complexo mineral-energético e 15 % nos produtos agrícolas e agro-indústria. Nos últimos 10 anos, os megaprojectos representaram mais de dois terços do total das exportações (Tabela 3). Curiosamente, apesar da desaceleração da economia no período 2015–2019, as exportações dos megaprojectos aumentaram em relação ao período 2011–2015, de 10 mil milhões para 13 mil milhões de dólares, cerca de três quartos do total das exportações referentes ao período (Tabela 4). Este aumento das exportações explica-se essencialmente pela recuperação significativa das exportações de carvão, precipitada pelo aumento dos preços do carvão verificado depois de 2016. Moçambique importa grandes quantidades de bens de consumo, incluindo cereais, combustíveis, serviços e materiais para o funcionamento da economia e para a produção industrial. Dados do Banco Central sugerem que o total das importações de bens teve uma tendência ascendente durante o período, tendo aumentado de mais de 3 mil milhões de dólares, em 2010, para 8 mil milhões, em 2013 (mais de 2 mil milhões e 6 mil milhões, respectivamente, excluindo os megaprojectos) (Langa, 2017), que representaram 25 % do total das importações de bens (Tabela 5).

Apesar de ser dominada por formas de acumulação extractiva de capital intensivo nos sectores da energia, extracção mineira e outros recursos, a economia política contemporânea de

Moçambique partilha aspectos importantes da lógica de acumulação no período colonial e os fracassos do período pós-colonial imediato, especialmente em relação à questão agrária. A lógica da acumulação de plantações em grande escala continuou a depender da exploração do campesinato através da sua força de trabalho, o que significa que onexo entre o trabalho assalariado na produção capitalista e a produção doméstica ainda é relevante para a disponibilidade de força de trabalho barata. Contudo, as condições de reprodução dessa força de trabalho barata têm sido limitadas pelas formas de expansão e extração de mais-valia da mão-de-obra - daí a importância de entender as contradições subjacentes entre a expansão deste sector de produção capitalista e a reprodução de mão-de-obra no âmbito da dinâmica mais ampla de acumulação que domina a economia política contemporânea.

TABELA 3. PERCENTAGEM MÉDIA DAS EXPORTAÇÕES DE BENS POR PRODUTO E CATEGORIA, 2000-2016 (%).

Complexo mineral-energético	64	Agro-indústria	15	Outros	21
Alumínio	40	Tabaco	6		
Carvão	6	Algodão	2		
Gás	6	Madeira	2		
Areias Pesadas	3	Castanha de caju	1		
Electricidade	9	Açúcar	3		
		Banana	1		

Fonte: Langa (2017)

TABELA 4. EXPORTAÇÕES INCLUINDO E EXCLUINDO MEGAPROJECTOS, 2011-2019 (US\$, MIL MILHÕES).

	2011-2015	2016-2019	2011-2019
Exportações de megaprojectos	10.8	13.2	24.1
Exportações excluindo megaprojectos	7.5	4.6	12.2
Total	18.4	17.9	36.3
Megaprojectos como proporção do total das exportações	59 %	74 %	66 %

Fonte: Banco de Moçambique (2021)

TABELA 5. PERCENTAGEM MÉDIA DAS IMPORTAÇÕES DE BENS INCLUINDO E EXCLUINDO MEGAPROJECTOS, 2000-2019 (%).

	2000-2004	2005-2009	2010-2014	2015-2019	2000-2019
Importação de bens para megaprojectos	16	21	26	17	20
Importação de bens excluindo os destinados a megaprojectos	84	79	74	83	80

Fonte: Banco de Moçambique (2021).

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR E DAS PLANTAÇÕES FLORESTAIS E AS CONTRADIÇÕES DA REPRODUÇÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO RURAL

Nesta secção, centramos o foco em dois casos de expansão da agricultura de plantações - plantações de cana-de-açúcar na região sul e plantações florestais na região norte - onde as contradições entre a agricultura de plantações e a reprodução social se têm manifestado de formas diversas e complexas. As plantações de cana-de-açúcar são analisadas com base em evidência secundária, enquanto as plantações florestais são analisadas através de evidência primária e secundária. A evidência primária foi recolhida através de entrevistas e observação durante o trabalho de campo na província do Niassa, em 2014, em particular nos distritos de Lichinga, Chimbonila e Sanga, onde as principais empresas de plantações florestais acabavam de ser criadas. Foram realizadas entrevistas com diferentes intervenientes do sector, nomeadamente cerca de 96 entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores de plantações florestais e suas famílias, 12 entrevistas com líderes locais, com 12 representantes de empresas, incluindo pessoal administrativo e técnico, e 24 entrevistas com representantes do Governo e organizações da sociedade civil a nível provincial e local, incluindo oito sindicalistas. Não foi utilizada qualquer base de amostragem e o objectivo era obter o máximo de informação possível para cada categoria de informador.

Em Moçambique, tanto a produção de açúcar como as plantações florestais remontam ao período colonial. Contudo, foi nas últimas décadas que a expansão destes sectores se tornou central nos debates sobre os impactos dos grandes investimentos agrícolas. A produção de cana-de-açúcar tem sido um dos subsectores agrícolas de crescimento mais rápido desde o fim da guerra civil. Entre 1992 e 2012, a área colhida mais do que triplicou, de 15 000 para 46 000 hectares (ha); a produção de cana expandiu-se de 159 000 para quase 3,4 milhões de toneladas; e a produção por hectare aumentou de 10,6 para quase 74 toneladas (Dubb, Scoones, & Woodhouse, 2017). Depois de terem sido interrompidas durante algumas décadas após a independência, as plantações florestais recuperaram o ímpeto em meados dos anos 2000, com investimentos de grande escala no sector direccionados às regiões relativamente abundantes em termos de terras do Centro e Norte de Moçambique (Food First Information and Action Network (FIAN), 2012). Nessa altura, a sua expansão foi justificada pelo aumento da procura mundial de produtos de madeira (principalmente para a indústria de pasta de papel) e pelas preocupações globais com as mudanças climáticas (Almeida & Delgado, 2019), especialmente a iniciativa *Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal* (REDD+). A REDD+ tem influenciado a expansão das plantações florestais ao surgir como uma oportunidade de acumulação pelas empresas florestais, que podem ganhar créditos de carbono e comercializá-los no mercado (Nhantumbo, 2011). As empresas florestais que operam em Moçambique já

estiveram envolvidas nesta iniciativa (Bruna, 2022; Nhantumbo, 2011). O Governo apoiou estas iniciativas, argumentando que Moçambique tinha terras disponíveis e condições agroecológicas adequadas para estes projectos, o que permitiria ainda gerar emprego em massa para a população rural. Cerca de metade das plantações estavam localizadas na província do Niassa, onde a expansão deste sector provou ser de curta duração, com outras implicações para a subsistência dos poucos que tinham conseguido emprego nas plantações.

Se for considerada de uma perspectiva de política pública, a expansão destes sectores representou uma oportunidade para aumentar a produção agrícola e a produtividade e, mais particularmente, uma oportunidade para a criação de postos de trabalho e rendimentos, que são cruciais para a redução da pobreza rural. O foco limitado nestes elementos particulares ocultou as diversas e complexas contradições que surgiram com frequência em relação à reprodução da mão-de-obra rural, tanto dentro como fora da esfera das empresas agrícolas capitalistas. Fora disto, estas contradições manifestam-se na mudança das condições e relações sociais de produção e reprodução, tanto ao nível familiar como comunitário, tal como moldadas pela expansão e intensificação da produção agrícola capitalista. Estas incluem, mais especificamente, as aquisições e expropriações (directas e indirectas) de terras em grande escala que esta expansão muitas vezes implica, bem assim as suas implicações para a perda de meios de subsistência e de fontes de diversificação de rendimentos. Estas são importantes porque o acesso à terra e o controlo sobre a mesma é fulcral para a reprodução social nas zonas rurais. Dentro desta esfera, manifestam-se através da complexa dinâmica do emprego, dos processos laborais e das dinâmicas de trabalho associadas à organização da produção agrícola nas plantações e como estes afectam aspectos particulares da reprodução social do trabalho rural. Estes aspectos incluem as diferentes modalidades de emprego e contratos, a (ir)regularidade do trabalho e dos salários, as condições de trabalho e os seus efeitos na organização de diferentes actividades de reprodução social, realizadas fora da esfera das empresas capitalistas agrícolas, ainda que moldadas pela disponibilidade de rendimentos suficientes para aceder a bens e serviços, e meios de produção destinados à produção familiar para subsistência e para venda. É em torno destas duas áreas principais que as contradições da reprodução social do trabalho são exploradas no contexto destes casos.

AQUISIÇÕES DE TERRAS, EXPROPRIAÇÕES DE CAMPONESES E PERDA DE FONTES DE DIVERSIFICAÇÃO DE MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

Apesar das diferenças claras entre a produção de cana-de-açúcar e as plantações florestais, estes sectores possuem algumas semelhanças em termos de aquisição de terras e dos seus impactos nos meios de subsistência rurais. Tanto as empresas açucareiras como as florestais obtiveram concessões de terras em grande escala a longo prazo, que ascendem a dezenas e centenas de milhares de hectares, respectivamente. Estas propriedades de terra foram consolidadas através

de novas aquisições, envolvendo acordos e processos diferentes, incluindo arrendamentos de terras a camponeses locais e negociações ‘complexas’ com as ‘comunidades locais’. No sector do açúcar, por exemplo, a empresa privada Açucareira de Xinavane (AdX) adquiriu antigas terras agrícolas do Estado e consolidou as suas explorações agrícolas através de compensação a ‘pequenos proprietários dispersos’ para abandonarem as suas parcelas irrigáveis ou através da formação de associações de pequenos produtores subcontratados locais (O’Laughlin, 2017:631). Esta questão é ilustrada pela expansão da área cultivada de 6.000 para 17.000 ha entre 2005 e 2013 (Lazzarini, 2017). No sector das plantações florestais, os relatórios sugerem que centenas de milhares de hectares foram concedidos a empresas de plantações florestais no centro e norte de Moçambique (FIAN, 2012; Lexterra, 2016), de 1 milhão de hectares previstos até 2030 (Almeida & Delgado, 2019). Na província do Niassa, onde na altura da realização do trabalho de campo, em Novembro–Dezembro de 2014, pelo menos três empresas estavam a operar, porém, ainda não é conhecida a verdadeira dimensão das concessões de terras. Um relatório publicado pela FIAN afirma que a maior empresa florestal a operar no Niassa desde 2005, a Chikwety Forest of Niassa - mais tarde adquirida por uma empresa chamada Green Resources - arrendou cerca de 140 000 ha ao Governo, por um período de 50 anos, com cerca de 68 000 ha já plantados com pinheiros e eucaliptos (FIAN, 2012). Contrariamente a estes números, em 2013, dados do Governo sugeriram que, no total, tinham sido atribuídos cerca de 155 000 ha a empresas florestais do Niassa, dos quais cerca de 20 % tinham sido plantados (Ministério da Agricultura (MINAG), 2015). Estas contradições surgem frequentemente, uma vez que, em alguns casos, são atribuídas terras a empresas que não possuem um documento válido de direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) para a área total que lhes foi atribuída. Noutros casos, as empresas ocuparam terras ilegalmente (FIAN, 2012; Lexterra, 2016). Muitas vezes, as autoridades locais não conheciam a verdadeira dimensão da terra reivindicada pelas empresas e frequentes vezes só eram “consultadas” quando as decisões de arrendamento de terras às empresas estavam a ser tomadas a nível do Governo central. No entanto, as concessões de terras em grande escala tinham sido confirmadas em entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, em 2014, com diferentes intervenientes do sector, incluindo empresas florestais, funcionários do Governo local e organizações da sociedade civil. A falta de controlo político sobre o processo ao nível local é preocupante, porque os direitos à terra seguros e o acesso a ela desempenham um papel central na reprodução social da população rural, que depende muito do acesso à terra para a sua subsistência.

Tendo em conta as grandes aquisições de terras envolvidas na expansão da produção de cana-de-açúcar e das plantações florestais, estas ocuparam um lugar central nos debates sobre a “apropriação de terras” em Moçambique (Borras, Fig. & Suárez, 2011; FIAN, 2010; Hanlon, 2011). No limiar destes debates, que não se limitam aos grandes investimentos agrícolas, mas se estendem também à mineração e a outros sectores “extractivos”, encontram-se narrativas

de deslocções em massa de pessoas, desigualdades crescentes, conflitos, injustia social e uma deterioração geral dos meios de subsistncia rurais (Bruna, 2019). Estas narrativas abordaram aspectos importantes e conflituosos associados à penetração capitalista, incluindo os das contradições gerais da reprodução social do trabalho em contextos rurais (Cousins *et al.*, 2018). Um aspecto central relativo à aquisição de terras é o efeito sobre a disponibilidade e o acesso a terras para pequenos proprietários locais, que dependem delas, a par de outras actividades de geração de rendimentos, para uma parte significativa da sua reprodução social. No sector da cana-de-açúcar, embora a expansão da produção não implicasse deslocções em massa de camponeses das suas terras de cultivo e de residência, a conversão da maior parte das terras irrigáveis para a produção de cana-de-açúcar implicou uma «escolha entre um maior rendimento e menor acesso a terras irrigáveis para a subsistncia rural» (O’Laughlin & Ibraímo, 2013, p. 2). Por exemplo, entre 2008 e 2012, dos 3500 ha atribuídos para a expansão da cana-de-açúcar, os pequenos agricultores dedicaram apenas 3 % à produção alimentar (Leite, Leal, & Langa, 2016, p. 4). Isto teve implicações directas para os agregados familiares rurais em duas dimensões importantes: (i) a maior vulnerabilidade às alterações de preços nos mercados internacionais de produtos como o açúcar e alimentos básicos e (ii) a perda de uma série de actividades alternativas geradoras de rendimentos para os pequenos agricultores que dependiam de uma série de actividades no sector agrícola e fora dele para a sua reprodução social (O’Laughlin & Ibraímo, 2013). No caso da plantação florestal no Niassa, ocorreu a expropriação em massa de terras, com impactos consideráveis na organização dos meios de subsistncia rurais. As comunidades do Niassa alegaram que as empresas florestais, supostamente plantadas em terras marginais e ociosas, invadiram as terras agrícolas produtivas dos pequenos agricultores utilizadas para a produção de alimentos. Em alguns casos, as pessoas tiveram de se reassentar noutros locais, uma vez que as plantações se situavam perto das suas machambas e casas. Um líder local entrevistado durante o trabalho de campo, em 2014, em Licole, distrito de Chimbonila, afirmou:

O Governo reuniu-se com os líderes locais (régulos) e deu um mapa com os limites da terra a ser ocupada. O Governo tinha dito que a empresa florestal ocuparia terras improdutivas, onde não existiam machambas ou onde não se realizavam actividades agrícolas devido à infertilidade da terra. (entrevista em Licole, a 15 de Dezembro de 2014)

Outro líder local, em Naicuanga Sede, um antigo povoado colonial, colocou o assunto desta forma (entrevista em Naicuanga Sede, a 9 de Dezembro de 2014):

As pessoas costumavam ter as suas machambas à volta da localidade, mas a expansão das plantações de árvores tinha acesso limitado a terras de cultivo e a terras florestais normalmente

utilizadas para recolher lenha e produzir carvão vegetal e outros recursos naturais para a sua subsistência. Algumas pessoas mudaram-se para Muembe, um local distante do seu local de residência, para terem acesso a terras de cultivo e residência.

Isto comprova como a expansão da produção capitalista na agricultura, e a consequente mercantilização dos meios de subsistência rurais, podem mudar as prioridades definidas para diferentes espaços e actividades de reprodução social e afectar o bem-estar das comunidades. Por exemplo, sem estabelecer uma correlação directa com a dinâmica das plantações no Norte, a quarta avaliação da pobreza em Moçambique, baseada nos resultados do Inquérito ao Orçamento Familiar de 2014–2015, mostra que a incidência da pobreza no Norte de Moçambique aumentou de 45,1 %, em 2008–2009, para 55,1 %, em 2014–2015. Curiosamente, na província do Niassa, onde a incidência da pobreza aumentou de 33 % para 60,6 % (Ministério da Economia e Finanças, 2016), o período de análise coincidiu com o período de expansão das plantações florestais.

EMPREGO, PROCESSO LABORAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A criação de emprego é um aspecto fulcral para a promoção de plantações agrícolas capitalistas de grande escala. Nos sectores de plantação florestal, as estimativas sugerem que seriam criados cerca de 250 000 postos de trabalho até 2030 (Almeida & Delgado, 2019). Tanto no sector da cana-de-açúcar como no das plantações florestais, foram feitas promessas de emprego, de aumento dos rendimentos e de redução da pobreza. No entanto, o emprego tem sido uma questão controversa em ambos os sectores. No sector da cana-de-açúcar, a expansão da produção criou um número considerável de postos de trabalho - cerca de 10 000 trabalhadores, em 2012 (Lazzarini, 2017; O’Laughlin & Ibraímo, 2013). No caso das plantações florestais, o emprego tornou-se a questão mais controversa na relação entre as empresas e as comunidades locais, uma vez que tinham sido criadas poucas oportunidades de emprego, especialmente no sector da plantação, desde que as empresas começaram a operar. Esta situação foi exacerbada quando, em 2013 e 2014, três das seis empresas que operam no Niassa cessaram as suas operações. Esta tensão era compreensível, uma vez que várias comunidades tinham sido persuadidas a atribuir as suas terras a empresas florestais com promessas de emprego. Neste caso particular, a falta de oportunidades de obtenção de renda e de acesso à terra para a produção de alimentos, tanto para consumo como para geração de renda, levou a queixas, resultando, em certos casos, em graves conflitos. Membros das comunidades, incluindo os poucos trabalhadores das plantações contratados sazonalmente, afirmaram que as empresas não cumprem as suas promessas na sequência das consultas comunitárias. Dois líderes locais em Licole (entrevista em Licole, a 15 de Dezembro de 2014) explicaram:

Tínhamos esperança de que a vida das pessoas aqui mudaria para melhor, pois havia promessas de emprego e construção de hospitais e escolas pelas empresas, e o Governo tinha declarado que com a chegada das empresas haveria madeira para as nossas casas e papel para cadernos e também seria bom para o desenvolvimento de Moçambique.

Acrescentaram ainda,

Fomos informados de que haveria emprego por um período de 50 anos e que mesmo as crianças teriam oportunidades quando crescessem, uma vez que as empresas permaneceriam por 50 anos. Foi-nos prometido que haveria emprego nas fases de plantação e processamento, mas não fomos informados de que haveria interrupção do emprego e empregos sazonais.

O emprego, incluindo o sistema de recrutamento de mão-de-obra e a organização do processo laboral, tornou-se um elemento central das contradições entre a expansão destes sectores com reprodução social da força de trabalho. A maioria dos trabalhadores agrícolas, especialmente nas plantações, possuem emprego temporário ou eventual, recebendo rendimentos abaixo do salário mínimo (ver Tabela 6), o que, em muitos casos, não cobre as necessidades básicas de subsistência. Esta situação pode ser ilustrada, por exemplo, através de uma análise da folha de salários de 2012, fornecida por uma das empresas florestais que visitámos durante o trabalho de campo em 2014. De acordo com esta folha, 21 % dos trabalhadores permanentes e 79 % dos trabalhadores sazonais/eventuais ganhavam abaixo do salário mínimo estipulado para a agricultura (Ali, 2017).

TABELA 6. SALÁRIO MÍNIMO NO SECTOR AGRÍCOLA, ANOS SELECIONADOS.

Moeda	2006	2008	2010	2012	2014
MT	1024	1314	1692	2300	3010
US\$	40.2	54.27	52.4	85.19	99
US\$ por dia	1.34	1.81	1.75	2.84	3.3

Fonte: Hanlon (2018).

Neste caso, como forma de garantir a sua subsistência, devem contar com a produção familiar para consumo e venda e com outro trabalho fora do sector agrícola. Isto levanta pelo menos duas contradições. Uma é que a produção familiar para consumo e venda depende dos salários da produção capitalista, que, por sua vez, são utilizados para comprar meios de produção, tais como alfaías agrícolas, e meios de consumo, como bens e serviços básicos. A outra é que a gama de actividades alternativas de subsistência geradoras de rendimentos necessárias para a reprodução social do trabalho foi comprometida. A perda do acesso à terra para a produção de alimentos através da expropriação directa e do arrendamento pelo capital é um duro

golpe na reprodução social, tal como é a perda de outras fontes alternativas de rendimento. Estas situações combinadas levantam uma terceira contradição. Se para a sua subsistência os trabalhadores precisarem de complementar os seus baixos salários com a produção familiar, as condições de produção que enfrentam ameaçam a sua reprodução e a reprodução do capital, que depende da disponibilidade de mão-de-obra barata. Isto tem criado tensões entre o capital e a força de trabalho para a sua reprodução. Estas tensões manifestaram-se na transformação da organização da produção por meio da mudança tecnológica, uma vez que a mecanização parcial ou completa do processo de produção da cana-de-açúcar tornou obsoletas algumas competências dos trabalhadores especializados, tornando os trabalhadores redundantes (O’Laughlin & Ibraímo, 2013). No sector das plantações florestais, esta tensão foi parcialmente “resolvida” com a terceirização, o que não resolveu o problema da precariedade do trabalho nas plantações (Ali & Stevano, 2021). Embora tenha sido criado um número considerável de postos de trabalho e gerado rendimento, a melhoria do bem-estar material e social dos trabalhadores não é tão linear como os discursos oficiais podem sugerir.

Estas plantações dependem de sistemas de trabalho assalariado baseados em tarefas que são centrais para os trabalhadores que ganham abaixo do salário mínimo. Aos trabalhadores dos sectores do açúcar e florestas é pedido que completem uma tarefa diária em troca do pagamento diário correspondente, normalmente calculado com base no salário mínimo mensal do sector agrícola - cerca de US\$99 por mês, ou US\$3,30 por dia, em 2014. As taxas do salário mínimo diário são calculadas dividindo o salário mensal por 30, não existindo uma taxa salarial específica para cada tarefa, apesar de estas exigirem diferentes esforços e capacidades dos trabalhadores. Esta questão é controversa, pois afecta dois aspectos importantes da reprodução do trabalho: os salários e a saúde dos trabalhadores, dos quais depende a sua capacidade para trabalhar. Ganhar o salário mínimo e ter a capacidade de comprar meios de subsistência e de produção tanto para consumo como para venda é fundamental para a reprodução social do trabalho. Tudo isto depende da capacidade de concluir a tarefa diária, o que muitas vezes é impossível porque o esforço exigido pela tarefa não é realista em relação à capacidade do trabalhador. Algumas tarefas são muito mais difíceis do que outras e os esforços necessários para cumpri-las em certos dias podem afectar a capacidade para o seu cumprimento nos dias seguintes. Este é um aspecto central na análise de Marx sobre a produção de mais-valia absoluta, onde ele afirma que com «o seu apetite insaciável por mão-de-obra excedentária, o capital ultrapassa os limites morais e mesmo físicos do dia de trabalho», usurpando o «tempo destinado ao crescimento, desenvolvimento e manutenção saudável do corpo» dos trabalhadores (Marx, 1976 [1867], p. 375). Esta questão era comum tanto no sector da plantação de açúcar como no da silvicultura, uma vez que a capacidade dos trabalhadores de cumprir foi muitas vezes reduzida não só pelas actividades no âmbito do mercado agrícola, mas também pelo planeamento mais amplo da vida de um trabalhador,

que foi afectada pela organização da produção nas plantações. Nesta última, por exemplo, a preparação dos campos para a plantação exige que os trabalhadores cortem árvores e arbustos dentro de uma determinada área, medida em metros quadrados. Como explica um trabalhador de uma plantação no Niassa, a cada trabalhador foi atribuída uma área de 10 × 10 m a ser desbastada após o abate das árvores, que se tornou maior (40 × 60 m) ao cortar arbustos. Estas tarefas não eram mecanizadas e dependiam de trabalho manual duro e esforço físico, o que comprometia a qualidade do trabalho e afectava a qualidade da produção e as condições físicas dos trabalhadores. Um destes trabalhadores recordou a experiência de não conseguir realizar a tarefa diária, argumentando que já não tinha a capacidade física para tal (entrevista em Niassa, a 2 de Dezembro de 2014):

O sistema de trabalho baseado em tarefas era duro, fazendo com que fosse difícil acordar saudável de 1 a 30 de cada mês. O trabalho requer um enorme esforço. Não é possível continuar com a tarefa que não foi terminada no dia anterior e fazer a tarefa do dia seguinte porque a tarefa que o empregador estipula não se ajusta ao que o corpo humano é capaz de fazer.

Este trabalhador devia ganhar 83 dólares - o salário mínimo para a agricultura, em 2013 -, mas normalmente ganhava cerca de metade deste valor, ou seja, 42 dólares, no fim de cada mês. A sua experiência estendeu-se a outras actividades, por exemplo, a manutenção das florestas, onde os trabalhadores são obrigados a podar árvores e limpar a área de plantação. Para a poda de árvores, a tarefa era de 445 árvores que, segundo o engenheiro de uma empresa florestal, poderia ser terminado dentro de quatro a oito horas, dependendo da capacidade ou eficiência dos diferentes trabalhadores (entrevista em Mussa, a 4 de Dezembro de 2014). No entanto, alguns trabalhadores não conseguiam cumprir a tarefa diária e, conseqüentemente, não podiam ganhar o equivalente ao salário mínimo. De acordo com os trabalhadores, não cumprir a tarefa diária significava não ser pago pelo trabalho desse dia.

Esta evidência acrescenta ao argumento de que um foco exclusivo na quantidade de empregos e de salários não tem em conta a baixa qualidade destes empregos, onde as más condições de trabalho afectam a saúde física e mental dos trabalhadores, comprometendo a sua reprodução enquanto seres humanos (O'Laughlin, 2021). Nestas plantações, a sabotagem e o absentismo são amplamente difundidos e constituem a principal forma de protesto e resistência às condições de trabalho, com outras implicações para o desenvolvimento das plantações e para a acumulação de capital. No Niassa, os gestores das plantações explicaram os protestos e resistência generalizados como consequência da inexistência de uma forte ética de trabalho na comunidade rural, recusando-se a reconhecer que o trabalho nas plantações criou conflitos com a organização da produção e reprodução dentro e fora da plantação de florestas. Em particular, o absentismo foi causado pela sobreposição entre o trabalho da plantação e o da

própria agricultura, uma vez que coincidiu com a época das chuvas, quando a maioria das pessoas trabalhava as suas terras.

É crucial enfrentar a deterioração das condições de reprodução da mão-de-obra rural num contexto de expansão das plantações, porque esta expansão e a organização da produção têm afectado constantemente as formas como a força de trabalho é reproduzida. Isto sugere que se repense a política social em relação à abordagem do nexos entre a expansão dos sectores de produção capitalista e a criação de trabalho decente para a reprodução do trabalho em Moçambique.

CONCLUSÕES

Os fundamentos das contradições entre produção e reprodução sob o capitalismo ajudam-nos a reflectir sobre as verdadeiras contradições existentes entre a expansão de sectores particulares da produção capitalista e a reprodução social. Este artigo explorou algumas das contradições da reprodução social da mão-de-obra rural no contexto da expansão da produção agrícola capitalista em grande escala em Moçambique.

Além dessa exploração, demonstrou como diferentes espaços de reprodução social do trabalho têm sido continuamente afectados pelas acções do capital agrário em sectores muito particulares da produção agrária capitalista.

Com recurso a material primário e secundário sobre plantações de cana-de-açúcar e florestas, demonstrou como a expansão da agricultura de plantação capitalista em larga escala afectou diferentes dimensões de reprodução social da mão-de-obra, incluindo as condições de acesso aos meios de subsistência, recursos naturais, saúde e estratégias de diversificação dos meios de subsistência e formas de produção e renda familiar. Estas contradições não são específicas para estes contextos, uma vez que podem ser encontradas dinâmicas semelhantes noutros contextos de expansão da produção agrícola (e não agrícola) em larga escala.

No contexto de Moçambique, estes devem ser colocados dentro de uma dinâmica extractiva de acumulação mais ampla e dominante que caracteriza a economia política contemporânea. Estas dinâmicas de acumulação beneficiam uma classe capitalista nacional emergente que, aliada ao capital multinacional, expropria os recursos naturais do País, incluindo terras destinadas à prática da agricultura e outros recursos, exacerbando as contradições entre a acumulação e a reprodução social. Estas contradições contrariam as afirmações gerais, particularmente dos círculos políticos dominantes, de que a expansão da agricultura capitalista de grande escala contribui largamente para a redução da pobreza, através de oportunidades de emprego e de geração de rendimentos.

Na realidade, à medida que as dinâmicas extractivas que dominam a lógica da acumulação se expandem e intensificam, espaços alternativos de reprodução social do trabalho são comprometidos, reproduzindo estas contradições em maior dimensão.

REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2017). Dinâmicas e Dilemas do Emprego, Trabalho e Bem-Estar nas Agro- Indústrias Florestais em Niassa. In R. Ali, C. N. Castel-Branco, & C. Muianga (Eds.), *Emprego e Transformação Económica e Social em Moçambique* (209–254). IESE.
- Ali, R., & Stevano, S. (2022). Work in Agro-industry e the Social Reproduction of Labour in Mozambique: Contradictions in the Current Accumulation System. *Review of African Political Economy*, 49(171), 67–86. <http://doi.org/10.1080/03056244.2022.1990624>
- Almeida, L. S., & Delgado, C. (2019). The Plantation Forestry Sector In Mozambique: Community Involvement e Jobs. *Jobs Working Paper Issue*, no. 30. The World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/31753/The-Plantation-Forestry-Sector-in-Mozambique-Community-Involvement-and-Jobs.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- Banco de Moçambique (2021). *Estatísticas Gerais: Estatísticas Externas*. https://www.banco-moc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222.
- Bernstein, H. (2010). *Class Dynamics of Agrarian Change*. Fernwood Publishing.
- Bhattacharya, T. (2017). Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In T. Bhattacharya (Ed.), *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression* (pp. 1-20). Pluto Press.
- Borras, S. M. Jr., Fig, D., & Suárez, S. M. (2011). The Politics of Agrofuels e Mega-land e Water Deals: Insights from the ProCana Case, Mozambique. *Review of African Political Economy*, 38(128), 215–234.
- Bruna, N. (2019). Land of Plenty, Land of Misery: Synergetic Resource Grabbing in Mozambique. *Land*, 8(8), 113. <http://doi.org/10.3390/land8080113>.
- Bruna, N. (2022). Green extractivism and financialisation in Mozambique: the case of Gilje National Reserve. *Review of African Political Economy*, 49(171), 67–86. <http://doi.org/10.1080/03056244.2022.2049129>
- Castel-Branco, C. N. (1994). Problemas Estruturais de Desenvolvimento Agrário. In C. N. Castel-Branco (Ed.), *Moçambique: Perspectivas Económicas* (pp. 31–86). Universidade Eduardo Mondlane e Fundação Friedrich Ebert.
- Castel-Branco, C. N. (2010). Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. In L. Brito *et al.* (Eds.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização Em Moçambique* (pp.19–109). IESE..
- Castel-Branco, C. N. (2014). Growth, Capital Accumulation e Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains. *Review of African Political Economy*, 41 (Sup 1), S26–S48. <http://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363>.

- Castel-Branco, C. N. (2015). Desafios à Sustentabilidade do Crescimento Económico – Uma “Bolha Económica” Em Moçambique? In L. Brito *et al.* (Eds.), *Desafios Para Moçambique 2015* (pp. 157–199). IESE..
- Castel-Branco, C. N. (2017). Crises Económicas e Estruturas de Acumulação de Capital Em Moçambique. In L. Brito *et al.* (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 99–164). IESE.
- Cousins, B., Dubb, A., Hornby, D., & Mtero, F. (2018). Social Reproduction of “Classes of Labour” in the Rural Areas of South Africa: Contradictions e Contestations. *Journal of Peasant Studies*, 45(5–6), 1060–1085. <http://doi.org/10.1080/03066150.2018.1482876>.
- Cramer, C. Oya, C. & Sender, J. (2008). Lifting the Blinkers: A New View of Power, Diversity e Poverty in Mozambican Rural Labour Markets. *Journal of Modern African Studies*, 46(3), 361–392.
- Dubb, A., Scoones, I., & Woodhouse, P. (2017). The Political Economy of Sugar in Southern Africa Introduction. *Journal of Southern African Studies*, 43(3), 447–470. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03057070.2016.1214020>.
- Ferguson, S., LeBaron, G., Dimitrakaki, A., & Farris, S. R. (2016). Special Issue on Social Reproduction: Introduction. *Historical Materialism*, 24(2), 25–37.
- Food First Information and Action Network [FIAN] (2010). *Land Grabbing in Kenya and Mozambique: A Report on Two Research Missions – And a Human Rights Analysis of Land Grabbing in Kenya and Mozambique*. Heidelberg: FIAN International. <https://www.fian.org/en/news/article/land-grabbing-in-kenya-and-mozambique-269>
- Food First Information and Action Network [FIAN] (2012). *The Human Rights Impacts of Three Plantations in Niassa Province, Mozambique*. FIAN International. https://www.tni.org/files/download/niassa_report-hi.pdf.
- Fine, B., & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital. Sixth edition*. Pluto Press.
- Gimenez, M. (2019). Capitalist Social Reproduction: The Contradiction between Production and Reproduction under Capitalism. In M. Vidal *et al.* (Eds.), *The Oxford Handbook of Karl Marx* (pp. 321–340). Oxford University Press.
- Governo de Moçambique (2011a). *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Governo de Moçambique.
- Governo de Moçambique (2011b). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário 2011-2020*. Governo de Moçambique.
- Governo de Moçambique (2015). *Programa Quinquenal do Governo 2015-2019*. Boletim da República. Imprensa Nacional de Moçambique, 14 de Abril de 2015.
- Hanlon, J. (2011). *Understanding Land Investment Deals in Africa: Mozambique. Country Report*. The Oakland Institute. http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_country_report_mozambique_0.pdf.

- Hanlon, J. (Ed.). (2018). Minimum Wage & Exchange Rate Supplement.” *Mozambique News Reports & Clippings* no. 49, April 30. https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Mozambique_409-wage_%26_exchange_rate_supplement_2018.pdf.
- Langa, E. (2017). Dependência de Megaprojectos e Desindustrialização Prematura em Moçambique. In L. Brito *et al.* (Eds.), *Desafios para Moçambique 2017* (pp. 165–183). IESE.
- Lazzarini, A. H. (2017). Gendered Labour, Migratory Labour: Reforming Sugar Regimes in Xinavane, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 43(3), 605–623. <http://doi.org/10.1080/03057070.2016.1197695>.
- Leite, J. G. D. B., Leal, M. R. L. V., & Langa, F. M. (2016). Sugarcane Outgrower Schemes in Mozambique: Findings from the Field. *Proceedings of the International Society of Sugar Cane Technologists*, 29, 434–440. http://bioenfapesp.org/gsb/lacaf/documents/papers/22_ISSCT_Leite_Leal_Langa.pdf.
- Lexterra. (2016). *The Progress of Forest Plantations on the Farmers' Territories in the Nacala Corridor: The Case of Green Resources Mozambique*. Livaningo, Justiça Ambiental, União Nacional dos Camponeses. https://issuu.com/justicaambiental/docs/caso_estudo_greenresources_ingles_.
- Marx, K. (1976 [1867]). *Capital: A Critique of Political Economy*. Penguin Books.
- Ministério da Agricultura [MINAG] (2015). *Plantações Florestais Em Moçambique: Desafios*. Ministério da Agricultura.
- Ministério da Economia e Finanças (2016). *Pobreza e Bem-Estar Em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional (IOF 2014/15)*. Ministério da Economia e Finanças. https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Final_QUARTA%20AVALIA%20C3%87AO%20NACIONAL%20DA%20POBREZA_2016-10-26_2.pdf.
- Munslow, B. (1984). Intervention in Agriculture: The Mozambican Experience. *Journal of Modern African Studies*, 22(2), pp: 199–221.
- Nhantumbo, I. (2011, September 15). REDD+ in Mozambique: New Opportunity for Land Grabbers?. *International Institute for Environment e Development*. <https://www.iied.org/redd-mozambique-new-opportunity-for-land-grabbers#:~:text=REDD%2B%20is%20now%20driving%20a,for%20protection%20within%20the%20country.>
- O’Laughlin, B. (1981). A Questão Agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9–32. Universidade Eduardo Mondlane (UEM)/Centro de Estudos Africanos (CEA).
- O’Laughlin, B. (1996). Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1–39.
- O’Laughlin, B. (2002). Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Colonial Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 28(3), 511–530.

- O’Laughlin, B. (2017). Consuming Bodies: Health and Work in the Cane Fields in Xinavane, Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 43(3), 625–641. <http://doi.org/10.1080/03057070.2016.1190519>.
- O’Laughlin, B. (2021). No Separate Spheres: The Contingent Reproduction of Living Labor in Southern Africa. *Review of International Political Economy*. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2021.1950025>.
- O’Laughlin, B., & Ibraímo, Y. (2013). The Expansion of Sugar Production and the Well-being of Agricultural Workers and Rural Communities in Xinavane and Magude. *Cadernos IESE*, no. 12e. IESE.
- Pitcher, A. M. (1996). Recreating Colonialism or Reconstructing the State? Privatisation and Politics in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 22(1 (State and Development)), 49–74.
- Sender, J., Oya, C., & Cramer, C. (2006). Women Working for Wages: Putting Flesh on the Bones of a Rural Labour Market Survey in Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, 32(2), 313–333.
- Vogel, L. (2000). Domestic Labor Revisited. *Science and Society*, 64(2), 151–170.
- West, G. H., & Myers, G. W. (1996). A Piece of Land in a Land of Peace? State Farm Divestiture in Mozambique. *Journal of Modern African Studies*, 34(1), 27–51.
- Wuyts, M. (1978). *Camponeses e Economia Rural em Moçambique*. CEA. UEM.
- Wuyts, M. (1981). The Mechanization of Present-day Mozambican Agriculture. *Development and Change*, 12, 1–27.
- Wuyts, M. (1985). Money, Planning e Rural Transformation in Mozambique. *Journal of Development Studies*, 22(1), 180–207. <http://doi.org/10.1080/00220388508421974>.
- Wuyts, M. (2001). The Agrarian Question in Mozambique’s Transition and Reconstruction. *WIDER Discussion Paper*, no. 2001/14. UNU/WIDER. <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/dp2001-14.pdf>